

ORIENTAÇÕES CURRICULARES NACIONAIS: OBJETIVOS E APLICABILIDADE NO ENSINO MÉDIO

JAQUELINE PEGLOW¹; PROF. DR. PEDRO LEITE JUNIOR.²

¹Universidade Federal de Pelotas – jaqpeglow@hotmail.com

²Universidade Federal de Pelotas – pedroleite.pro@ig.com.br

1. INTRODUÇÃO

A proposta de um novo ensino médio para substituir o tradicional, que oscilava entre um ensino pré-universitário e outro profissionalizante, surgiu da necessidade de adequar este nível de ensino às novas demandas da atualidade. Segundo pesquisa realizada por SUHR (2004), os propositores da reforma ressaltam sua urgência devido à "inadequação da escola ao momento que vive a sociedade atual, fortemente permeada pelos efeitos do uso cada vez mais intensivo da ciência e da tecnologia". Além disso, outro elemento central à reforma é a formação para a cidadania, que exige competências necessárias não apenas para a inserção no mercado de trabalho como também para a vida em sociedade.

Nesse contexto, a proposta de uma nova concepção de ensino apresentada pelos Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio (PCNEM) tem como objetivo "preparar para a vida, qualificar para a cidadania e capacitar para o aprendizado permanente em eventual prosseguimento dos estudos ou diretamente no mundo do trabalho. (PCN+, 2006)".

Já a Lei de Diretrizes e Bases (nº 9.394, de 1996) destaca, dentre alguns dos principais artigos apresentados, o art. 35, que estabelece como finalidade do Ensino Médio, além da preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, o seu aprimoramento como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico (inciso III) e a compreensão dos fundamentos científicos e tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina (inciso IV).

Assim, as estratégias pedagógicas das novas orientações curriculares indicam a implantação de um ensino interdisciplinar, voltado para o desenvolvimento de competências e habilidades. Isto é, através da associação temática entre diferentes disciplinas, deve-se buscar uma prática docente comum, contextualizada e direcionada para a construção de conhecimentos e a autonomia intelectual do aluno.

Entretanto, ao confrontar tais orientações com a realidade escolar brasileira, percebe-se uma grande incoerência. Além dos obstáculos comuns mencionados nos PCNEM, como o difícil rompimento com a tradição do ensino multidisciplinar e a expectativa de transmissão de conhecimentos, existe a falta de condições e recursos necessários para que sejam colocadas em prática as exigências impostas às instituições de ensino.

A falta de informação e adequação dos docentes com relação à nova proposta é outro problema grave, assim como a dificuldade em conciliar objetivos tão audaciosos às atividades concernentes a cada disciplina. O professor de filosofia, por exemplo, deve, em um encontro semanal, estimular em seus alunos a consciência crítica, reflexiva e autônoma sem deixar de incluir em suas aulas a História da Filosofia (cobrada de forma inexorável no último Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM/2012). Da mesma forma, a avaliação interdisciplinar deve

estar baseada no desenvolvimento dos educandos, mas sem deixar de exigir conhecimentos considerados tradicionais.

Com o intuito de inteirar e analisar a viabilidade de implementação das novas orientações concernentes à reforma do ensino médio, este trabalho apresenta um estudo sobre os PCNME e um breve relato sobre a efetivação de práticas interdisciplinares em uma escola pública, na cidade de Pelotas/RS.

2. METODOLOGIA

O presente trabalho teve início com a participação no *Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência* (PIBID) da Universidade Federal de Pelotas, através do estudo dos PCNME. A análise das orientações referentes ao ensino médio juntamente com outros textos de igual teor serviram como pesquisa preliminar para a observação realizada posteriormente em campo.

As atividades de acompanhamento docente, monitorias, relatórios e o convívio com professores e alunos em uma das escolas participantes do projeto possibilitaram uma análise com relação às práticas pedagógicas desenvolvidas na referida instituição.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Analisando as orientações curriculares apresentadas para a reforma do ensino médio, pode-se destacar com clareza a intenção de promover o aprimoramento intelectual, a cidadania e a capacitação profissional do estudante, seja para a continuação dos estudos ou para o ingresso imediato no mercado de trabalho. Para isso, a construção de conhecimentos, o estímulo à autonomia e o desenvolvimento de competências e habilidades, almejadas pela prática do método interdisciplinar, são, sem dúvidas, a melhor forma de ensino-aprendizagem.

Alguns procedimentos considerados fundamentais para a eficácia dessa metodologia, como o estímulo à pesquisa, a transposição didática e a contextualização, são também destacados como critérios necessários para a organização do currículo disciplinar. A prática do ensino-pesquisa possibilita a construção e reconstrução de conhecimentos, um conteúdo programático a partir de “recortes” contribui para a autonomia intelectual do aluno e a utilização de eixos temáticos possibilita a realização de análises sobre as diversas relações que compõem o universo social de diferentes grupos humanos em diferentes tempos e espaços.

No entanto, a realidade verificada no contexto escolar mostrou algumas dificuldades relevantes. Pode-se observar que o sistema tradicional de ensino multidisciplinar ainda está bastante enraizado, dificultando a adesão de professores mais tradicionais. Além disso, a falta de informação e orientação dos docentes com relação aos novos procedimentos representa um problema importante, dificultando a adaptação e gerando certa resistência à nova proposta de ensino.

Já para aqueles que se dispõem a mudanças, existe ainda a dificuldade em conciliar objetivos tão audaciosos às atividades concernentes a cada disciplina. Pois há uma grande disparidade entre a quantidade de conteúdos a serem abordados e a carga horária disponível para tal.

Não há recursos para ampliar a oferta de atividades, como, por exemplo, investimento em infraestrutura, laboratórios de informática, bibliotecas, projetos de iniciação científica, atividades esportivas e culturais. Assim como não há uma

remuneração adequada dos professores, fator considerado extremamente desmotivador pela categoria.

Para os discentes, entretanto, a possibilidade de participar de forma ativa do processo de ensino-aprendizagem desperta interesse e aceitabilidade. Embora essa prática ainda não seja comum em sala de aula, tal constatação tem como base a observação realizada durante a atividade conhecida como "Café Filosófico", na qual os estudantes do ensino médio foram convidados a participar de um debate sobre tema estipulado por eles mesmos, através de pesquisa. A adesão e participação nos eventos realizados foram plenamente satisfatórias, possibilitando aos alunos a contextualização, a autonomia, o estímulo à reflexão e ao senso crítico, conforme determinação dos parâmetros curriculares nacionais.

4. CONCLUSÕES

De acordo com o exposto, pode-se concluir que a reestruturação do ensino médio é um processo difícil que exige um longo prazo para sua implementação. Contudo, tal reforma é necessária não apenas para sanar as novas demandas da atualidade, mas também para promover o aprimoramento do ser humano enquanto cidadão.

Entre as principais dificuldades encontradas para a consolidação da proposta apresentada pelo governo, a falta de informação e orientação dos professores é a mais fácil de solucionar, principalmente quando pode-se oportunizá-la desde a graduação. Acredito que projetos como o PIBID, que visam preparar o futuro professor para atuação em sala de aula, podem ser um recurso positivo para amenizar a atual conjuntura. Entretanto, questiono o fato de apenas alguns poucos alunos, contemplados com a referida bolsa e disponíveis para exercer as atividades prestadas, possam ter contato com projetos educacionais tão importantes quanto o exposto nos PCNEM.

Por que estudos referentes a novas propostas pedagógicas, como o ensino interdisciplinar, não estão incluídos em disciplinas disponíveis a todos os acadêmicos dos cursos de licenciatura? Da mesma forma, seminários e atividades comuns a diversos cursos poderiam ser utilizados como um meio de aproximar as diferentes áreas do conhecimento, possibilitando a prática da interdisciplinaridade e, com isso, promovendo melhor desempenho na prática docente.

Logo, não basta falar em contextualização e ensino interdisciplinar como algo distante da nossa realidade, é preciso vivenciar essas práticas na universidade para que a proposta de reforma do ensino médio não seja apenas uma utopia. Nesse sentido, este trabalho tem a pretensão de alertar sobre a necessidade de preparar os futuros professores para uma tarefa que, apesar de difícil, não é impossível.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio**. Brasília: Secretaria de Educação Média e Tecnológica (Semtec/MEC), 1999.

_____. **Orientações Curriculares para o Ensino Médio: Ciências humanas e suas tecnologias**. V. 3 – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2006.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino Médio**. Brasília: Ministério da Educação, 2002a. Acessado em 09 set. 2013. Online. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/cienciah.pdf>

_____. **PCN+ Ensino Médio: Orientações educacionais complementares aos Parâmetros Curriculares Nacionais. Ciências humanas e suas tecnologias**. Brasília: Ministério da Educação, 2002b. Acessado em 09 set. 2013. Online. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/CienciasHumanas.pdf>

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN 9.394/96)** Acessado em 09 set. 2013. Online. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm

SUHR, I. R. F. **Reforma do Ensino Médio: o discurso da adequação às necessidades da produção e a naturalização da exclusão**. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd), GT: Trabalho e Educação / n.09. Acessado em 09 set. 2013. Online. Disponível em: www.anped.org.br/reunioes/28/textos/gt09/gt0996int.rtf